



Caderno de Provas

CAM 21/57/71/100 – NS

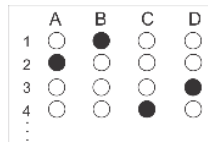
ASSISTENTE SOCIAL

Edital Nº. 001/2024 –
Prefeituras dos Municípios da AMCEVALLE/RN

Data: ____/____/____

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala de provas, entregue a **Folha de Respostas** e o **Caderno de Provas** ao fiscal.
- Em momento algum a pessoa candidata poderá se retirar definitivamente da sala de provas com o **Caderno de Provas**.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 5 (cinco) questões de Lógica e 15 (quinze) questões de Conhecimentos específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal, para que seja efetuada de imediato a troca do Caderno.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa	10 questões	30 pontos
Lógica	05 questões	10 pontos
Conhecimentos específicos	15 questões	60 pontos
TOTAL DA PROVA	30 questões	100 pontos

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 01 a 10 referem-se ao texto a seguir.

Literatura na escola: menos homens brancos, mais mulheres pretas

José Ruy Lozano

Como tudo que é resultado da percepção humana ao longo do tempo, o cânone literário – conjunto de livros considerados referências de uma época ou cultura – tem mudanças e permanências. Mas não há dúvida quanto ao papel fundamental que o ensino de literatura nas universidades e escolas desempenha em sua constituição. Afinal, à chancela acadêmica dos estudiosos une-se a difusão da leitura de obras consideradas clássicas realizada na educação básica. Notoriedade e prestígio juntam-se ao conhecimento mais amplo do público leitor por meio das instituições de ensino.

Tais instituições não são refratárias ao momento político e social em que estão inseridas. Em tempos de *Black Lives Matter*, identitarismo e questionamentos mais frequentes e profundos a respeito do racismo estrutural no Brasil e no mundo, percebe-se um movimento de deslocamento do cânone literário rumo a vozes até aqui marginalizadas em nossa literatura. Para muitos surpreendente, a inclusão das letras de *sobrevivendo no inferno*, disco do grupo de rap paulista Racionais Mc's, como leitura obrigatória no vestibular da Unicamp demonstra que os tempos estão mudando.

Ainda não cancelaram José de Alencar – escritor que defendeu publicamente a escravidão e organizou um retrato idílico das populações indígenas conveniente ao Estado imperial de sua época –, mas os homens brancos do passado já têm de abrir espaço não só a outros homens, mas também a mulheres pretas, do passado e do presente. A indicação de obras com essa marca de autoria por exames vestibulares de universidades públicas e particulares está obrigando as escolas a se abrir a vozes distintas, e os alunos passam a ler narrativas que se aproximam de seu mundo, marcado pela desigualdade, pobreza e discriminação.

Passo determinante nessa trajetória é o resgate de Carolina Maria de Jesus. Seus diários, que retratam o cotidiano de mulher negra e favelada, apresenta aos estudantes um universo literário bem distinto dos clássicos de costume. *Quarto de despejo* passou a ser indicação obrigatória de leitura em vestibulares a partir de 2016, e muitos professores de literatura de Ensino Médio tiveram de “descobrir” uma escritora brasileira cuja obra já foi traduzida para catorze idiomas desde os anos 1960. Em 2020, Carolina consta na lista de leituras dos exames das universidades estaduais de Maringá, Londrina, Ponta Grossa e da universidade federal do Tocantins.

Conceição Evaristo, premiada romancista, poeta e contista mineira, nasceu em uma comunidade pobre de Belo Horizonte, trabalhou como empregada doméstica, até concluir sua formação como professora. A discriminação racial e de gênero são temas recorrentes de sua ficção. Militante do movimento negro, apresentou em 2018 uma simbólica candidatura à vaga número 7 da Academia Brasileira de Letras, cujo patrono é o poeta abolicionista Castro Alves. Se essa tentativa de diálogo com a instituição canônica por excelência da literatura brasileira não teve êxito, sua presença nos estudos literários veio para ficar: a universidade de Passo Fundo indica a seus candidatos a leitura dos contos de *Olhos d'água*, e a universidade federal do Rio Grande do Sul incluiu em sua lista de leituras obrigatórias o romance *Ponciá Vicêncio*.

Ainda no vestibular da federal gaúcha, consta o romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis. A maranhense Firmina foi precursora na vida e na obra. Mulher negra, prestou concurso público para professora e sustentava-se sozinha. É dela o primeiro romance de autoria feminina do Brasil, justamente *Úrsula*, publicado em 1859, que também é considerado a primeira narrativa abolicionista da literatura brasileira, humanizando e dando voz aos escravizados. Embora tenha tido destaque na sociedade maranhense em sua época, foi silenciada e esquecida, mas hoje recebe merecido destaque, tendo sua obra principal reeditada pela PUC de Minas Gerais e ganhado atenção de pesquisadores que constroem sua fortuna crítica.

A Universidade Estadual do Rio de Janeiro selecionou, para seu exame de acesso, a obra de uma mulher negra, nascida em 1977, na periferia de Nova Iguaçu, conhecedora do cenário de pobreza e violência de onde provém boa parte de seus estudantes. Na UERJ, 50% das vagas são reservadas para alunos de escolas públicas do estado, tendo sido essa universidade a pioneira do regime de cotas raciais e sociais no Brasil. *Assim na terra como embaixo da terra*, de Ana Paula Maia, elabora um cenário distópico em que um presídio de segurança máxima, construído sobre terreno que outrora abrigara local de tortura e morte de escravos, torna-se um campo de extermínio. Ali se entrevê uma alegoria das mazelas da atuação policial e do sistema prisional brasileiros, vinculados a um passado histórico de opressão.

Não só gênero e raça se mostram mais diversos, mas também a nacionalidade. A Universidade Federal de Uberlândia fará questões em seu vestibular sobre o romance *A cor púrpura*, da norte-americana Alice Walker. Militante feminista e do movimento negro, Walker retrata no livro as agruras de uma menina negra, no sul agrário e racista dos Estados Unidos, abusada sexualmente pelo pai – de quem engravida e dá à luz dois filhos – e, posteriormente, obrigada a se casar com um senhor branco que a trata como empregada.

CONCURSO PÚBLICO PREFEITURAS DOS MUNICÍPIOS DA AMCEVALLE – VALE DO AÇU
EDITAL Nº 001/2024

A narrativa de estupro em família, num contexto de preconceito e pobreza, guarda estreita relação com situações semelhantes infelizmente frequentes no Brasil.

A universidade de Taubaté, interior de São Paulo, inseriu em sua lista obrigatória de leituras o livro *Hibisco roxo*, primeiro romance da feminista nigeriana Chimamanda Nzozie Adichie, que narra conflitos familiares na Nigéria pós-colonial, tematizando a misoginia associada ao fanatismo religioso. Escritora premiada, ensaísta e palestrante de sucesso, Adichie já teve trechos de suas falas inseridos na letra da música *Flawless*, da popstar Beyoncé.

A vida das periferias, pobreza, racismo, violência urbana, machismo... A entrada de vozes femininas e negras no ensino de literatura amplia as temáticas abordadas em sala de aula e aproxima as leituras escolares da realidade vivida por milhões de estudantes no Brasil. Diversidade fundamental por si só, esse fenômeno representa uma oportunidade valiosa para os educadores: despertar nos estudantes o sentido e o propósito do fazer literário, ressaltando a importância das narrativas como construção da memória coletiva.

Disponível em: < <https://diplomatie.org.br/>>. Acesso em: 08 dez. 2023. [Texto adaptado]

01. No texto, de forma dominante, há o propósito de

- A) defender um posicionamento que reforça um posicionamento hegemônico.
- B) defender um posicionamento que se contrapõe a um posicionamento hegemônico.
- C) explicar uma questão histórica de invisibilidade de autoras negras no meio acadêmico.
- D) explicar uma questão histórica de reconhecimento de autoras negras no meio acadêmico.

02. De acordo com o texto,

- A) o reconhecimento acadêmico e a disseminação da leitura de determinadas obras na escola contribuíram para justificar o reconhecimento de autores homens e brancos, em sua maioria.
- B) as universidades e escolas, devido ao seu papel social de resistência às influências políticas e sociais do meio no qual estão inseridas, são fundamentais para a disseminação da leitura de autoras negras.
- C) o movimento de mudança pela qual vem passando o cânone literário é restrito à produção literária brasileira, devido à realidade do nosso país, estigmatizado pela pobreza, desigualdade e discriminação.
- D) as autoras elencadas deveriam ser lidas nas escolas tão somente pelo fato de serem mulheres e negras e, por isso, pertencentes a um grupo historicamente estigmatizado pela sociedade branca e patriarcal.

03. O título do texto

- A) revela ironia em relação ao tema.
- B) sintetiza a discussão desenvolvida.
- C) expressa neutralidade em relação ao tema.
- D) gera uma expectativa a ser desfeita pela leitura.

04. Considere o período a seguir.

Afinal, à chancela acadêmica dos estudiosos une-se a difusão da leitura de obras consideradas clássicas realizada na educação básica.

Nesse período, a ocorrência do acento grave justifica-se

- A) tão somente pela regência de um verbo.
- B) tão somente pela regência de um nome.
- C) pela regência de um verbo e pelo gênero da palavra posposta ao “a”.
- D) pela regência de um nome e pelo gênero da palavra posposta ao “a”.

05. O nome “Conceição Evaristo”, no primeiro período do quinto parágrafo, é retomado, no segundo e terceiro períodos desse mesmo parágrafo, pelo recurso coesivo

- A) da substituição por pronome relativo e da omissão do elemento linguístico.
- B) da omissão do elemento linguístico e da substituição por pronome pessoal.
- C) da omissão do elemento linguístico e da substituição por expressão sinônima.
- D) da substituição por pronome possessivo e da omissão do elemento linguístico.

06. Considere o trecho a seguir.

[...] uma simbólica candidatura à vaga número 7 da Academia Brasileira de Letras, cujo patrono é o poeta abolicionista Castro Alves.

Sobre o pronome relativo presente nesse trecho, é correto afirmar:

- A) é variável, estabelece relação de posse, admite uso de artigo posposto e concorda com o termo antecedente.
- B) é invariável, estabelece relação de posse, não admite uso de artigo posposto e concorda com o termo subsequente.
- C) é variável, estabelece relação de posse, não admite uso de artigo posposto e concorda com o termo subsequente.
- D) é invariável, estabelece relação de posse, admite uso de artigo posposto e concorda com o termo antecedente.

As questões 07 e 08 referem-se ao período reproduzido a seguir.

Assim na terra como embaixo da terra, de Ana Paula Maia, elabora um cenário distópico em que um presídio de segurança máxima, construído sobre terreno que outrora abrigara local de tortura e morte de escravos, torna-se um campo de extermínio.

07. O uso forma verbal “abrigara” indica ação

- A) futura e refere-se a algo certo de acontecer.
- B) futura e refere-se a algo provável de acontecer.
- C) passada, mas anterior à outra também já passada.
- D) passada, mas posterior à outra também já passada.

08. A palavra “distópico” mantém relação de

- A) antonímia com a palavra “utópico”.
- B) sinonímia com a palavra “utópico”.
- C) antonímia com a palavra “prototípico”.
- D) sinonímia com a palavra “prototípico”.

09. Sobre o gênero do texto desta prova, é correto afirmar:

- A) utiliza linguagem formal, o que o aproxima do gênero crônica.
- B) utiliza marcas de primeira pessoa, o que o aproxima do gênero notícia.
- C) apresenta um traço composicional que o diferencia do gênero editorial.
- D) apresenta propósito comunicativo semelhante ao do gênero artigo informativo.

10. Considere o período a seguir.

Não só gênero e raça se mostram mais diversos, mas também a nacionalidade.

Sobre a organização desse período, é correto afirmar:

- A) há uma relação de adição entre as informações, evidenciada pelo paralelismo sintático entre duas expressões.
- B) há uma relação de contraposição entre as informações, evidenciada pelo paralelismo sintático entre duas expressões.
- C) há uma relação de adição entre as informações, independentemente do paralelismo sintático entre duas expressões.
- D) há uma relação de contraposição entre as informações, independentemente do paralelismo sintático entre duas expressões.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÓGICA

11. A sequência infinita de letras, apresentada a seguir, possui um padrão de repetição:

CONCAMCEVALELAVECMACNOCONCAMCEVALELAVECMACNOCONCAM...

Então, a letra que ocupa a posição 3052ª é

- A) L.
 - B) V.
 - C) C.
 - D) E.
12. Realizando-se a permutação das letras da palavra AMCEVALE, determinam-se todos os seus anagramas. Considere as seguintes ações:

- I. Cada um dos anagramas é escrito em um cartão individual e colocados todos em uma urna;
- II. Sorteia-se, aleatoriamente, um dos cartões da urna.

A probabilidade desse cartão sorteado ter escrito um anagrama em que o par de letras A (AA) e o par de letras E (EE) estão juntos é de

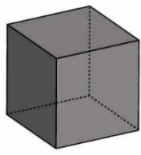
- A) 1/168.
 - B) 1/84.
 - C) 1/42.
 - D) 1/21.
13. Considerando-se verdadeira a proposição “Gustavo só será aprovado no concurso se não for para festa”, conclui-se que
- A) se Gustavo for aprovado no concurso, não foi para festa.
 - B) se vai para festa, Gustavo poderá ser aprovado no concurso.
 - C) se não vai para festa, Gustavo não será aprovado no concurso.
 - D) se Gustavo não for aprovado no concurso, então foi para festa.
14. Na tabela a seguir estão representadas as três primeiras colunas da tabela-verdade referente à proposição lógica $(\sim P \wedge Q) \leftrightarrow (R \rightarrow P)$.

P	Q	R	...	$(\sim P \wedge Q) \leftrightarrow (R \rightarrow P)$
V	V	V		
V	V	F		
V	F	V		
V	F	F		
F	V	V		
F	V	F		
F	F	V		
F	F	F		

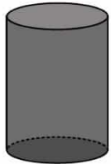
Se V corresponde ao valor lógico verdadeiro, e F corresponde ao valor lógico falso, na última coluna da tabela-verdade a quantidade de valores V é

- A) 2.
- B) 3.
- C) 1.
- D) 4.

15. Observe as comparações lógicas, a seguir:



está para RATO.



está para ELEFANTE.

Logo,



está para

- A) LAGARTO.
- B) CAVALO.
- C) TIGRE.
- D) GATO.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. A Lei N.º 8.662/1993 dispõe sobre a regulamentação da profissão de assistente social e direciona outras providências. Entre as orientações, em seu Art. 16, estabelece as formas de penalidades a serem aplicadas pelos Conselhos Regionais de Serviço Social a quem infringir os preceitos nela estabelecidos. As sanções são multa, suspensão e cancelamento definitivo do registro. Sobre a multa é correto afirmar que
- A) é aplicada em casos de extrema gravidade.
 - B) é calculada a partir da remuneração declarada pelo infrator.
 - C) é calculada no valor de uma a cinco vezes a anuidade vigente.
 - D) é executada por período de um a dois anos a partir da data da infração.
17. A Lei de Regulamentação da profissão de assistente social aponta o conjunto Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) como entidade com personalidade jurídica e forma federativa, cujo objetivo básico visa a disciplinar e a defender o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional e delimita as atribuições específicas de cada. É uma das atribuições dos CRESS, em suas respectivas áreas de jurisdição, na qualidade de órgão executivo e de primeira instância
- A) assessorar os CRESS sempre que se fizer necessário.
 - B) funcionar como Tribunal Superior de Ética Profissional.
 - C) organizar e manter o cadastro das instituições e obras sociais públicas e privadas, ou de fins filantrópicos.
 - D) aprovar o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais de sua área de jurisdição, tendo em vista que cada região possui Código próprio que considera as particularidades regionais.
18. A Lei N.º 8.742/1993 estabelece os benefícios, serviços, programas e projetos a serem ofertados pela assistência social no território brasileiro. No Art. 20 da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) detalha-se o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que é destinado à pessoa idosa (a partir de 65 anos) e à pessoa com deficiência, desde que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. A análise para concessão do BPC considera aspectos socioeconômicos, tendo em conta a família composta
- A) pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, os pais, desde que não sejam pessoas idosas.
 - B) pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto.
 - C) pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, mesmo que não vivam sob o mesmo teto.
 - D) pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, além de netos menores de idade, desde que vivam sob o mesmo teto.
19. Ainda tratando sobre o processo de análise para concessão do BPC, o Artigo 20 da Lei N.º 8.742/1993 (dada pela redação da Lei N.º 12.435/2011) considera pessoa com deficiência aquela que
- A) possui impedimento de médio e longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial e que não apresente condição de interação social.
 - B) possui impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial e que não realize atividades de habilitação e reabilitação.
 - C) apresenta dificuldade de médio e longo prazo de natureza física, mental e intelectual, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.
 - D) possui impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

20. No tocante ao financiamento da assistência social, a Lei N.º 8.742/1993 apresenta determinações quanto à responsabilização dos entes federados. Define que o financiamento dos benefícios, serviços, programas e projetos estabelecidos nesta lei serão feitos com os recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como das demais contribuições sociais previstas no artigo 195 da Constituição Federal. Acerca dessas definições, é correto afirmar que
- A) os entes transferidores não poderão requisitar informações referentes à aplicação dos recursos oriundos do seu fundo de assistência social.
 - B) os recursos alocados nos fundos de assistência social estarão voltados à operacionalização, à prestação, ao aprimoramento e à viabilização dos serviços, programas, projetos e benefícios dessa política.
 - C) os repasses financeiros da União aos demais entes federados podem ocorrer mesmo que estes não tenham instituído e mantenham funcionando o Conselho de Assistência Social e o Fundo de Assistência Social, porém é obrigatória a elaboração do Plano de Assistência Social.
 - D) os recursos da União, destinados ao financiamento dos benefícios de prestação continuada, não poderão ser repassados pelo Ministério da Previdência e Assistência Social diretamente ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), já que esse não é o órgão responsável pela sua execução e manutenção.
21. A Lei N.º 13.104/2015, conhecida como a Lei do Femicídio, trouxe importante mudança ao Código Penal quando passou a qualificar o feminicídio como homicídio qualificado e hediondo e considerar o feminicídio quando o assassinato envolve violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição de mulher da vítima. A pena do feminicídio é ampliada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado
- A) durante os 3 (três) primeiros meses de gestação; quando ocorrer no local de trabalho da vítima; na presença de descendente ou de ascendente da vítima.
 - B) durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto; contra maior de 60 (sessenta) anos ou pessoa com deficiência física; na presença de descendente ou de ascendente da vítima.
 - C) durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto; contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com deficiência; na presença de descendente ou de ascendente da vítima.
 - D) durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto; contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, idosa acima de 65 (sessenta e cinco) anos ou com deficiência; na presença de descendente ou de ascendente da vítima.
22. Conforme a Lei N.º 11.340/2006 – Lei Maria da Penha, violência doméstica e familiar contra a mulher configura-se em qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. Tais violações podem ocorrer
- A) no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas, independentemente de orientação sexual.
 - B) no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, somente com vínculo familiar; no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que possuem laços naturais; em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida.
 - C) no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a vítima, independentemente de coabitação, não sendo levada em consideração a identidade de gênero.
 - D) no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida.

23. A senhora Joana, mulher de 34 anos, procurou a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) de sua cidade para denunciar violações que sofrera de seu companheiro, o senhor Rogério, com quem convive há aproximadamente 7 meses. Durante o seu depoimento, a senhora Joana contou ao agente policial que o companheiro lhe deferiu tapas e puxões de cabelo após ela exigir que ele devolvesse o seu aparelho celular. Acrescentou que ele tomou-lhe o objeto afirmando que ela mantinha contato e trocas de imagens, de natureza sexual, com um outro homem. Durante a agressão, chegou a enviar mensagens em um grupo da família xigando a companheira e afirmando que ela o teria traído. Posteriormente, o Sr. Rogério atirou o celular contra a parede, quebrando o objeto e a ameaçou de morte. A partir do depoimento da Sr^a Joana, é correto afirmar que seu companheiro cometeu
- A) violências familiar, física, moral e psicológica.
 - B) violências sexual, psicológica, física e de gênero.
 - C) violências psicológica, física, sexual e moral.
 - D) violências patrimonial, psicológica, física e moral.
24. A Resolução CFESS N.º 493, de 21 de agosto de 2006, dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social e determina as condições favoráveis para o armazenamento do material técnico utilizado e produzido. É uma dessas condições:
- A) o arquivo do material técnico, utilizado pelo assistente social, deverá ser mantido em outro espaço físico.
 - B) o arquivo do material técnico, utilizado pelo assistente social, não poderá estar em outro espaço físico.
 - C) o material técnico, utilizado e produzido no atendimento, é de livre consulta a todos os profissionais da instituição.
 - D) o material técnico, utilizado e produzido no atendimento, é de caráter reservado, sendo seu uso e acesso restrito aos assistentes sociais.
25. A atuação do assistente social, em seus diferentes campos sócio-ocupacionais, demanda respostas profissionais qualificadas e institucionalizadas, no intento de gerar mudanças significativas ao contexto de vida da população usuária de seus serviços sociais. Para isso, é necessário utilizar-se da pesquisa como aparato para concretização desse objetivo. **Sposati (2007)**, no ensaio “Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social”, fala sobre a compreensão da inserção nas dimensões ético-valorativas do trato da questão social e de sua função social no processo de reprodução das relações sociais. A necessidade de inclusão dessas dimensões se deu a partir
- A) do exame crítico das bases ideológicas da constituição sócio-histórica da profissão e de seus componentes.
 - B) do debate sobre a relação entre conhecimento e Serviço Social que foi catapultado pelo debate sobre o ‘diagnóstico social’.
 - C) da aproximação com as teorias de conhecimentos ‘sincréticos e ecléticos’ que dominou o Serviço Social no Brasil por décadas.
 - D) da predominância da microescala de análise para a ação no real e que levava à superposição do método da pesquisa com o método do diagnóstico social para ação profissional.
26. Yazbek (2009) reflete sobre o método que restringe a visão de teoria ao âmbito do verificável, da experimentação e da fragmentação. A autora discorre o pensamento afirmando sobre a limitação desse método em apontar para mudanças somente dentro de uma ordem estabelecida, voltando-se, antes, para ajustes e conservação. O método a que Yazbek se refere é o método
- A) marxista.
 - B) positivista.
 - C) fenomenológico.
 - D) formalista metodológico.

- 27.** Constitui princípio fundamental, estabelecido no Código de Ética Profissional do Assistente Social:
- A) o livre exercício das atividades inerentes à profissão.
 - B) a depreciação pela eliminação de todas as formas de preconceito.
 - C) a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo.
 - D) a defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza individualmente produzida.
- 28.** Para fins de aplicação da Lei N.º 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, considera-se
- A) acessibilidade: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva.
 - B) barreira tecnológica: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros.
 - C) mobiliário urbano: adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais.
 - D) tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.
- 29.** Na discussão sobre instrumentalidade do Serviço Social, Guerra (2007) aponta que a instrumentalidade do Serviço Social remete a uma determinada capacidade, qualidade ou propriedade que a profissão adquire na sua trajetória sócio-histórica. Tal fator se dá como resultado da confrontação entre
- A) dimensões técnica e teórica.
 - B) trajetórias históricas e divisão sócio-técnica do trabalho.
 - C) a funcionalidade da profissão e os limites externos estabelecidos.
 - D) intencionalidade (teleologia) e condições objetivas e subjetivas (causalidade).
- 30.** Iamamoto (2001) levanta a reflexão acerca de duas posturas que geram incômodos aos profissionais de serviço social. A primeira desconsiderava as contradições do sistema, das instituições e das próprias relações sociais, não sendo possível fazer nada para ser modificado. A segunda subestimava o contexto social, as classes sociais, as organizações políticas, os movimentos sociais, os homens como sujeitos históricos, enfim, os limites da realidade social e do profissional. A autora se refere, respectivamente, às
- A) posturas fatalista e tecnicista.
 - B) posturas fatalista e messiânica.
 - C) posturas messiânica e fatalista.
 - D) posturas tecnicista e burocratizante.